

RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista em “A Federação”, jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica indicam-se as datas em que foram publicadas).

283. DUAS DEMONSTRAÇÕES DE FRANCESISMO

Devez em quando, algum leitor, super-estimado minha sapiência, bombardeia-me com perguntas nem sempre de resposta fácil, diante das quais fico muitas vezes sem saber o que dizer. Também, não invento. Quando não sei, confesso humildemente minha ignorância, remetendo o consulente a outras fontes mais seguras. Mas, quando sei, gosto de utilizar o próprio jornal para responder, pois assim posso atender também a outros possíveis interessados.

Um leitor, tendo lido qualquer coisa sobre a propaganda republicana no Brasil durante os vinte anos que medearam entre a fundação do Partido Republicano (1870) e a proclamação do novo regime (1889), admirou-se ao saber que em quase todas as reuniões republicanas desse período tocava-se a “Marselhesa”, o famoso hino nacional francês. E quis saber a razão. Não é difícil a resposta.

A França, não só pelos laços culturais, mas sobretudo pelo exemplo revolucionário, exercia de fato uma poderosa influência na vida brasileira. E isto, desde os tempos coloniais. Se na Inconfidência Mineira o exemplo era norte-americano, as idéias eram francesas. E na Inconfidência Baiana (a chamada “Revolta dos Alfaiates”, de 1798), a presença francesa é iniludível. Aí estão a demonstrá-lo os escritos de Luís Henrique Dias Tavares e Katia de Queiroz Matoso. Os símbolos da Primeira República Francesa eram adotados pelos nossos revolucionários. Não só o hino, mas o

próprio barrete frígio, que se tornou símbolo da democracia, tal como, em nosso século, a foice e o martelo vieram a se tornar símbolos do comunismo.

Os propagandistas republicanos apenas retomaram uma tradição que vinha do século XVIII, acentuada, agora, pela influência dos positivistas, que tinham, em tudo, a França por modelo, muitas vezes até escrevendo em francês ou adotando o calendário idealizado por Augusto Comte, que marca a folhinha a partir da Revolução Francesa.

Mas, há mais ainda, que pode parecer estranho aos de hoje: o dia 14 de julho (tomada da Batilha e data simbólica da Revolução Francesa), durante toda a nossa Primeira República (o que vale dizer até fins de 1930) era feriado nacional, em pé de igualdade com o 7 de setembro e o 15 de novembro. Ao organizar nosso calendário cívico, o governo provisório da República, fortemente influenciado pelos positivistas, ao lado do martírio de Tiradentes, do descobrimento do Brasil e da América, da data da Constituição, da Independência, da Abolição e da proclamação da República, colocou também uma data tipicamente francesa, a simbolizar a conquista dos direitos humanos nos ideais de Liberdade, igualdade e Fraternidade, que a República pretendeu encarnar. O “pretendeu” está de propósito. Aqui, como lá. Quase nada ficou, efetivamente, dos ideais tão altamente pretendidos. Com efeito, a Revolução Francesa, em dez anos de Liberdade, igualdade e Fraternidade, matou mais gente que o absolutismo em trezentos anos... Não sei se a França resistiria se não tivesse havido o “18 Brumário”, pois a Revolução, à moda de Saturno, acabou devorando seus próprios filhos...

Mas, os símbolos ficaram, tanto a “Marselhesa” como o 14 de julho. Era curioso, nas pequenas cidades do interior (e eu me lembro bem, pois vivi numa delas), quando a corporação musical dava a sua retreta comemorativa do feriado de 14 de julho, ouvir-se o hino nacional brasileiro e, logo em seguida, a “Marselhesa”, o belíssimo cântico de Rouget de l’Isle. E muita gente havia, certamente, sem saber a razão. (16-7-1994)

*

284. UM APELO AOS HISTORIADORES PAULISTAS

Certa vez meu saudoso amigo e companheiro Brasil Bandecchi ofereceu-me cópia de uma carta que recebera poucos dias antes de um dos maiores historiadores brasileiros, o amazonense Artur César Ferreira Reis,

infelizmente já falecido, em que este Ihe sugeria escrevesse uma obra sobre a participação de São Paulo na história do Brasil. Coincidentemente, em uma de suas reuniões recentes, a Academia Paulista de História, então presidida por Lycurgo de Castro Santos Filho, havia proposto a realização de um curso exatamente sobre o assunto que Artur César vinha de sugerir a Bandecchi. Mais ainda: a idéia era, possível fosse, transformar o curso em livro, suprimindo assim enorme lacuna em nossa bibliografia. Infelizmente nem o curso e, conseqüentemente, nem o livro, puderam ser realizados.

Ocorreu-me à lembrança conversa que tivera poucos meses antes com um colega do Rio Grande do Sul. Lamentava o quanto São Paulo ignorava a sua história, sendo, talvez, a única unidade da Federação que não possuía em suas escolas cadeiras ou cursos que a ensinassem. E argumentava com exemplos de numerosos Estados do país. A resposta do colega gaúcho foi extremamente simpática: “Para que vocês querem estudar a história de São Paulo? A história de São Paulo é a própria história do Brasil...” E recordava com justiça não haver região do Brasil, mesmo as mais longínquas, que historicamente não estivesse vinculada a São Paulo. Isto nos deve encher de orgulho, não há dúvida. Mas, antes do orgulho, deve chamar-nos à responsabilidade.

Durante algum tempo, diversas entidades culturais de São Paulo promoveram com certa regularidade cursos públicos, panorâmicos, sobre a história paulista, com muito boa freqüência, como posso testemunhar, pois tive o privilégio de participar de alguns deles. Insisto na expressão “cursos panorâmicos”, pois é isso que interessa ao grande público. Não Ihes adianta oferecer cursos especializados, muitas vezes sobre temas que os próprios conferencistas estão trabalhando para suas carreiras universitárias, valiosos, sem dúvida, mas de pouca valia para quem queira ter uma idéia de como São Paulo chegou a ser o que é.

Como se está fazendo (ou melhor, não fazendo...) a história paulista continuará desconhecida das novas gerações, as quais, mesmo que demonstrassem interesse em conhecê-la, nem encontrariam onde estudá-la, pela não existência de obras que dela tratem. Este é um dos pontos fracos de bibliografia paulista, em comparação com a de outros Estados. Conheço numerosos livros históricos, quase didáticos, tratando de Minas, Bahia, Pernambuco, Santa Catarina, Paraíba, Ceará, sem falar no Paraná e no Rio Grande do Sul, os dois Estados mais bairristas (no bom sentido do termo) com relação às suas histórias, mais estudadas que as de qualquer outra unidade da Federação. Um só exemplo: há em Porto Alegre pelo menos cinco editoras que só editam livros sobre o Rio Grande do Sul. Uma delas, tem um “slogan”

muito feliz: “Abra um espaço para o Rio Grande na sua biblioteca”. Quando é que nós, paulistas, vamos ter possibilidade de “abrir um espaço” em nossas bibliotecas para livros sobre nossa terra? (30-7-1994)

*

285. RECORDANDO UM GRANDE CATARINENSE

Hoje à tarde, deverá realizar-se em Florianópolis a “sessão de saudade” com que a Academia Catarinense de Letras, à qual me honro de pertencer como membro correspondente, reverenciará a memória de uma das grandes figuras de Santa Catarina, o acadêmico Victor Antônio Peluso Júnior, falecido em abril do, corrente ano. Grande figura, sem exagero, como geógrafo, historiador, político, professor universitário, enfim homem de intensa participação na vida de seu Estado.

É-me grato recordá-lo. Nosso relacionamento remontava há mais de meio século, pois nos conhecemos num congresso de geógrafos realizado na capital catarinense em setembro de 1940. Encontramo-nos muitas outras vezes, pelo menos por um período de quase vinte anos, em diversos lugares do Brasil, sempre em atividades geográficas. Quando, em 1966, como presidente nacional da Associação dos Geógrafos Brasileiros, coube-lhe promover em Blumenau um importante congresso de Geografia, distinguiu-me ele com o convite altamente honroso para proferir o discurso oficial de inauguração da importante reunião, que congregou geógrafos de numerosos Estados do Brasil.

Com meu afastamento das lides geográficas, perdi-o de vista, vindo a reencontrá-lo há uns quatro ou cinco anos, na bela capital catarinense, como presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. E uma tarde quase dada foi pouca para recordarmos nossas andanças pelo Brasil e nossos companheiros da Associação dos Geógrafos Brasileiros e do Conselho Nacional de Geografia.

“Doublée” de geógrafo e historiador, deixa importantes trabalhos nas duas especialidades, todas versando sobre a terra catarinense, começando com um belo estudo sobre Lages, a “rainha da serra”, como ele a denominou e que me levou a pensar fosse ele lageano. Só bem mais tarde vim a saber ser ele da própria capital.

“Como historiador e homem de letras - como se escreveu no convite da Academia Catarinense de Letras - honrou a cultura catarinense e destacou-se pelo seu saber, pelo que escreveu e pelas suas palestras e conferências. Quem com ele conviveu, desfrutou do esplendor de sua inteligência, da generosidade de seu coração, da firmeza de seu caráter e do carisma do mestre, educador e professor. Quando faleceu, deixou uma expressiva lição de bondade, dignidade, sabedoria, compreensão e respeito”.

Nas suas pesquisas geográficas demonstrou sempre grande interesse pelos temas relativos à propriedade territorial e à geografia urbana. Suas valiosas contribuições, nesse setor, foram reunidas para formar os volumes **Estudos de geografia urbana de Santa Catarina e Aspectos geográficos de Santa Catarina**, obras do mais alto valor e que manterão o seu nome como uma das verdadeiras expressões no campo dos estudos e das pesquisas científicas.

Colaborou, com freqüência, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, aliás - diga-se de passagem - a única revista de Instituto Histórico e Geográfico do Brasil que dedica parte de seus volumes a temas de geografia. As outras todas tratam exclusivamente de história...

Na Academia Catarinense, Peluso ocupava desde 1965 a cadeira nº 20, que tem como patrono Joaquim Augusto do Livramento e fora ocupada anteriormente por Fúlvio Aducci e Custódio de Campos.

Aqui, pois, a homenagem e a saudade deste seu velho amigo, nesta pequena nota, que talvez seja a única a recordá-lo, fora de seu Estado natal. (30-7-1994).

*

286. JESUÍTA ÍTALO-ITUANO

Não sei se alguém, em alguma ocasião, aplicou-lhe esse apelido. Mas, bem que o merece. É como ítalo-ituano que vejo a simpática figura do ilustre sacerdote jesuíta, Padre Rafael Galanti, que, vivendo a maior parte de sua vida no Brasil, boa parte dela foi consagrada a Itu, como professor do tradicional Colégio São Luís, que, bem antes da convenção republicana, projetou o nome da terra ituana por todo o Brasil.

Nascido na Itália em 1840, ingressou na Companhia de Jesus aos 19 anos de idade. Veio ao Brasil pela primeira vez em 1867, lecionando por dois anos na capital catarinense, então denominada Desterro. Voltou à Europa a fim de concluir seus estudos, o que ocorreu com muitos percalços, pois encontrava-se em Roma quando as tropas piemontesas ocuparam a cidade, na campanha pela unificação da Itália. Isto o levou a transferir-se para a Inglaterra, onde se ordenou, e depois para a Bélgica, onde concluiu sua formação.

Em 1874, ei-lo de volta ao Brasil, donde nunca mais saiu. Designado para o Colégio de Itu, aqui permaneceu por quatro anos, quando, a convite do bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa, foi auxiliá-lo em obra missionária na extensa diocese do norte do Brasil, o que lhe propiciou a oportunidade de viajar por boa parte da Amazônia. Finda a missão, retornou a Itu, onde permaneceu 17 anos seguidos. Transferido para Nova Friburgo, na bela cidade fluminense faleceu a 2 de agosto de 1917, após prolongada enfermidade.

Entre 1896 a 1910 empreendeu a publicação da obra que lhe deu renome, o **Compêndio de História do Brasil**, em cinco alentados volumes, reeditados entre 1911 e 1913. O ter elaborado obra tão vasta (para a qual o título “Compêndio” é pouco adequado) e tão ricamente expositiva, e na qual muitas gerações hauriram seus conhecimentos de História do Brasil (tal como aconteceu posteriormente com as obras de João Ribeiro, Rocha Pombo, Veiga Cabral, entre outros), dá ao Padre Galanti acentuado relevo entre os cultores de nossa História, notadamente entre os autores que, desde o século passado, empenharam-se na exposição de nossas fastos históricos, com um caráter praticamente didático, mas transcendendo muito a esse objetivo, não só pela extensão da obra, como pela riqueza do conteúdo nela existente, superior a muitas obras similares.

Ao fundar-se em São Paulo, em fins de 1972, a Academia Paulista de História, foi o nome do Padre Rafael Galanti lembrado para patrono de uma das cadeiras do sodalício, precisamente a que coube ao seu “Irmão de Ordem”, o eminente historiador, também jesuíta, Padre Hélio Abranches Viotti, titular também da Academia Paulista de Letras e correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. De seu patrono, traçou o Padre Viotti excelente perfil, que teve o privilégio e o prazer de publicar em o nº 95 de “Notícia Bibliográfica e Histórica”, em 1979.

Não tendo sido reeditados os cinco volumes de sua **História do Brasil**, a não ser uma só vez, tornou-se a obra do Padre Galanti bastante rara muito prezada pelos seus possuidores.

Infelizmente o “Código de Endereçamento Postal” não menciona Itu. Curioso! Registra tudo quanto é aldeia do Brasil e omite uma cidade da importância de Itu. Por isto não posso conhecer a nomenclatura completa das vias públicas ituanas. Não sei, portanto, se existe na cidade alguma rua a lembrar o Padre Rafael Galanti. Se não existe, aqui fica a sugestão para que se sane a eventual lacuna. Merece! (10-9-1994)